



COMITÊ INTERFEDERATIVO

ATA DA 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

Aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, às dez horas e cinco minutos, por meio de videoconferência pela plataforma Microsoft Teams, com transmissão pela plataforma do YouTube no link <https://www.youtube.com/watch?v=1BsXcFmY1Jg> e presencialmente em Brasília/DF, teve início a 76ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo (CIF), constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Item 1 – Abertura da Reunião Ordinária	
1.1 Apresentação dos presentes.	
Discussão	<p>O Secretário Executivo do CIF, Renato Carvalho, cumprimentou a todos e, após verificar o quórum para a abertura da reunião, deu início aos trabalhos, conforme a lista de presença anexa. Rodrigo Agostinho, Presidente do Ibama e do CIF, apresentou-se, realizou os agradecimentos e prosseguiu com a apresentação dos membros e convidados do CIF presentes, sendo: Sergio Augusto Domingues, Superintendente do IBAMA em Minas Gerais e Presidente suplente do CIF; Margareth Saraiva, SEAMA/ES; Ricardo Iannotti, Casa Civil Governo/ES; Juliane Barroso, SETADES/ES; Jadilson Gomes, membro atingido/ES; Moara Giasson, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Agnes Soares da Silva, Ministério da Saúde (MS); Renato Teixeira Brandão, FEAM/MG; Natalia Souza, SEMAD/MG; Luisa Lacerda, Cômite Pró-Rio Doce/MG; Coronel Siqueira, Prefeitura de Governador Valadares/MG; Thaís Vilas Boas, Comitê Pró-Rio Doce/MG; Thaynara Bandeira, Ibama; e de forma virtual o membro Carlos Júnior Loss, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce); e Renoir Savio Leite dos Santos, Secretaria Geral da Presidência da República.</p> <p>O Secretário Executivo do CIF submeteu à votação a Ata da 75ª Reunião Ordinária do CIF, sendo aprovada após consulta aos membros presentes. Por oportuno, tratou do Encaminhamento E75-1.2 registrado na ata aprovada e informou sobre a sugestão de oficialização dos procedimentos relacionados ao fluxo das demandas judiciais, para garantir a devida análise e aprovação do CIF acerca das manifestações das Câmaras Técnicas nos pedidos de subsídios por parte da Instância de Assessoramento Jurídico do CIF (IAJ), tendo em vista as diversas de requisições de posicionamento do Comitê em juízo, citando a recente extinção de alguns Eixos Prioritários. Em seguida, foi dispensada a leitura integral da pauta e o Secretário Executivo mencionou a retirada de pauta do item 7.2 da pauta retificada, comunicando a inclusão do item 13.2 como extrapauta, relacionado ao cumprimento do acórdão do TRF-6 sobre o reconhecimento e inclusão de novos territórios capixabas atingidos no norte do Estado do Espírito Santo, conforme Deliberação nº 58/2017. Após as explanações, foi aberta a inscrição para os interessados em se manifestar durante os pontos de pauta, conforme previsto no Regimento Interno do CIF.</p>
1.1.1 Ata da 75ª Reunião Ordinária	Aprovada.
Encaminhamento E76-1.1.2	A Secretaria Executiva permanecerá enviando e-mails aos membros do CIF solicitando manifestações dentro dos prazos estabelecidos para as respostas judiciais e a Presidência encaminhará à IAJ as análises realizadas pelas CTs em atendimento aos pedidos de subsídios. Posteriormente será providenciada a formalização desse fluxo através de Ofício-Circular, Deliberação ou previsão em Regimento Interno, da forma mais apropriada para o caso.

Item 1 – Pautas da Presidência do CIF	
1.2 Informes Gerais.	
	O Secretário Executivo tratou dos documentos contendo as indicações dos novos membros do CIF e coordenadores de Câmaras Técnicas, com destaque para a indicação para a coordenação da CT-OS, da CT-SHQA e da CT-GRSA. Registrou as boas-vindas

Discussão	<p>aos membros recentemente indicados, representantes do Governo Federal e na suplência da representação do Governo do Estado de Minas Gerais. Mencionou que o CBH-Doce manteve indicado o representante titular, mas retirou a indicação da suplência, atualmente em vacância. As alterações das representações serão consolidadas e publicadas em breve, através de Portaria, conforme previsto em Regimento, contendo a atualização da composição completa do CIF.</p> <p>Em seguida, informou sobre o convite e posterior cancelamento do Encontro da Bacia do Rio Doce e Litoral Norte Capixaba, que ocorreria no início de junho na cidade de Governador Valadares, comunicado via Ofício conjunto das Instituições de Justiça signatárias do TAC-Gov. No referido Encontro seriam escolhidos os representantes dos atingidos e atingidas para ocuparem vagas como membros do CIF, o que iria de encontro ao solicitado pelos Ofícios das Comissões de Atingidos pautados, objeto de consulta jurídica à IAJ. Jóeci Lopes informou que a Comissão de Atingidos de Aracruz/ES é ativa no CIF e que a documentação complementar requerida pela IAJ seria enviada à SECEX.</p> <p>Na sequência, o Secretário Executivo discorreu brevemente sobre o Regimento Interno do CIF e o Regimento Único das Câmaras Técnicas, relatando as tratativas acerca das propostas de alterações promovendo a previsão oficial das Secretarias Executivas Estaduais de MG e ES, para a sua devida formalização no Sistema CIF, com prerrogativas, direitos e deveres, além de outros ajustes pontuais. Por fim, apontou o Encaminhamento E75-1.4.2 registrado na última Ata aprovada, referente à atualização do Regulamento do Custeio do CIF.</p>
Manifestação	Maria Lethícia Mata, do setor jurídico da Fundação Renova, registrou o agradecimento a Luis Gabriel Mendoza e deu as boas vindas à Mariana Graciosa na CT-GRSA, colocando a Fundação à disposição. Informou que Janine Cabral, por motivos de saúde, não pôde comparecer presencialmente na reunião.
Encaminhamento E76-1.2	Serão realizadas reuniões com os membros do CIF e coordenadores de CTs para tratar dos Regimentos Interno e Único, bem como acerca do Regulamento de Custeio, com o Gerenciador CIF e a Fundação Renova.

Item 1 – Pautas da Presidência do CIF	
1.3 Proposta de ajuste ao Calendário de Reuniões Ordinárias do CIF.	
Discussão	O Secretário Executivo apresentou a Minuta de Deliberação para uma nova retificação do Calendário de Reuniões Ordinárias do CIF no ano de 2024, devido ao feriado municipal e o ponto facultativo em Belo Horizonte/MG, incidentes na data anteriormente prevista para a 78ª Reunião Ordinária do CIF, cuja data inicialmente prevista foi antecipada em uma semana.
Manifestação	A representante da SEAMA/ES solicitou que constasse expressamente o Município de Aracruz/ES como a localidade do Estado onde será realizada a 78ª Reunião Ordinária do CIF. A minuta foi ajustada.
Deliberação nº 781	Aprovada.

Item 2 – Secretaria Executiva do CIF (SECEX)	
2.1. Relatório Anual das atividades do CIF em 2023.	
Discussão	O Secretário Executivo fez uma breve apresentação sobre o Relatório Anual das Atividades do CIF em 2023, contendo as principais atividades desenvolvidas pelo Comitê no ano anterior, informando que a versão finalizada do relatório será publicado na página do CIF na internet.
Manifestação	As últimas contribuições à minuta final do relatório serão recebidas pela SECEX, para a inclusão dos ajustes anteriormente à assinatura e respectiva publicação.
Encaminhamento E76-2.1	O Relatório Anual 2023-SECEX/CIF será publicado no site do CIF.

Item 3 – Ouvidoria Geral	
3.1 Relatório da Ouvidoria em devolutiva aos encaminhamentos da 75ª Reunião Ordinária do CIF.	
	<p>Pedro Daniel Strozenberg apresentou relatório com os principais temas identificados na 75ª Reunião Ordinária do CIF, sugerindo maiores diálogos com as CTs e uma análise prévia para obtenção de mais informações sobre os assuntos, possibilitando maior conhecimento e respostas ágeis. Na reunião seguinte do CIF, a Ouvidoria apresentará a síntese da reunião passada, atendendo aos prazos de respostas que foram pactuados, conforme Deliberação nº 779/2024.</p> <p>Juliane Barroso relatou sentir falta da contribuição das CTs com o processo da Ouvidoria e sugeriu ranquear as principais demandas apresentadas no CIF pelos atingidos. Cláudia Fardin, coordenadora da CT-PDCS, apresentou preocupação das diretrizes e</p>

Discussão	recomendações. Pedro Daniel sugeriu o fortalecimento das relações da Ouvidoria com as Câmaras Técnicas e informou sobre a pesquisa de satisfação com escutas e tratativas para os interesses coletivos. O Presidente suplente do CIF sugeriu que as CTs atuem junto à ouvidoria no acompanhamento dos programas e mobilização dos atingidos, solicitando que seja apresentada devolutiva das demandas até na segunda reunião subsequente do CIF. Jadilson Gomes sugeriu a participação da CT-IPCT na reunião dos Atingidos da Bacia e pediu transparência nas respostas aos atingidos. Frederico Drummond, coordenador da CT-BIO, demonstrou preocupação com o fluxo proposto para o seguimento das demandas, já que a Ouvidoria possui material para responder aos atingidos. Simony Silva de Jesus, Assessoria Técnica Independente da Comunidade Quilombola, relatou a dificuldade dos agentes externos em adentrar os territórios. O Presidente do CIF, Rodrigo Agostinho, reforçou que mesmo com as atuais decisões judiciais, ainda existem limitações de atuação do CIF.
Encaminhamento E76-3.1.1	A SECEX encaminhará a Ata aprovada da última reunião para o Ouvidor-Geral, assim como a Ata lavrada desta reunião. A SECEX também encaminhará a apresentação do Ouvidor-Geral para os membros do CIF.
Encaminhamento E76-3.1.2	O Gerenciador CIF deverá enviar os documentos à Ouvidoria, com cópia para CT-PDCS. A Câmara Técnica deverá ser copiada em todos os e-mails relacionados à Ouvidoria.
Encaminhamento E76-3.1.3	As denúncias recebidas em reuniões das Câmaras Técnicas, as quais não foram passíveis de resolução pela própria CT e/ou pela equipe da Fundação Renova presente na reunião, poderão ser encaminhadas à SECEX/CIF via secretariados, que endereçará para a Ouvidoria.
Encaminhamento E76-3.1.4	Será agendada reunião entre o Ouvidor-Geral e a Presidência do CIF.
Encaminhamento E76-3.1.5	A representante da SEAMA/ES solicitou que a SECEX acione o MPF para obtenção de maiores informações sobre a contratação das Assessorias Técnicas, bem como a necessidade de alternativa na transição das indicações de representantes de atingidos junto ao sistema CIF, enquanto não existem definições referentes às indicações em conformidade com o TAC-Gov.

Item 4 – Oportunidade de fala às Pessoas Atingidas	
Discussão	Jóeci Lopes informou que Lanla Maria pediu para registrar a sua manifestação sobre o cadastro e o custeio dos atingidos. Liceliana Souza informou que a reunião da Bacia do Rio Doce excluiu a Comissão Local de Aracruz/ES e agradeceu a chegada do novo coordenador da CT-OS e a presença do Ouvidor. Reginaldo Nascimento Leal questionou sobre devolutiva a respeito das solicitações de inclusão da Bahia como Estado atingido. Simone Nunes falou sobre o cancelamento da reunião da Bacia, sobre a o custeio dos atingidos e sobre o não reconhecimento do seu território.

Às doze horas e quarenta minutos a reunião foi suspensa para almoço, sendo retomada às quatorze horas e quinze minutos.

Item 5 – Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção de Água (CT-FLOR)	
5.1 Atualização dos parâmetros dos indicadores 100 e 103, Anexo I dos Documentos de Definição dos Programas de Reflorestamento.	
Discussão	Josemar Ramos, coordenador da CT-FLOR, informou sobre solicitação da Fundação Renova de alteração de dois indicadores dos PGs 26 e 27 e que solicitação foi amplamente debatida na Câmara Técnica. Por se tratarem de indicadores finalísticos, a Câmara Técnica entendeu como pertinente a modificação de entrega para o ano de 2026, considerando a aderência da entrega por parte da Fundação. Margareth Saraiva, Sérgio Domingues e Jadilson Gomes levantaram questionamentos sobre o processo de revisão dos programas. Josemar Ramos explicou o processo do Grupo de Trabalho criado especificamente no âmbito da CT-FLOR, conforme previsto no item 3 da Deliberação nº 686/2023.
Manifestações	Maria Lethícia informou sobre o interesse da Fundação Renova no aprimoramento de alguns fluxos, contudo, isso não se confunde com o processo de revisão dos programas, que se dará em momento oportuno.
Deliberação nº 782	Aprovada.

Item 5 – Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção de Água (CT-FLOR)	
5.2 Diretrizes Gerais para Termos de Adesão aos Programas de Reflorestamento (PG-25, PG-26 e PG-27).	
Discussão	Josemar Ramos informou que representantes dos atingidos levaram questionamentos à Câmara Técnica a respeito do termo de adesão aos programas. Após análise da CT-FLOR, foi verificado que o termo dificultava a capacidade de adesão devido à dificuldade de compreensão. Neste sentido, a CT-FLOR encaminhou ao CIF sugestão de diretrizes gerais

	para elaboração dos termos de adesão aos Programas de Reflorestamento por parte da Fundação Renova, com o objetivo de contornar as dificuldades enfrentadas pelos atingidos.
Manifestações	Sem manifestações registradas por parte da Fundação Renova. Foram exibidos vídeos gravados pelo Presidente suplente em visita à propriedade rural em Governador Valadares, que demonstram resultados da recuperação ambiental e a importância de visitas técnicas em campo no monitoramento do processo de reparação. Amplo debate com participação dos membros do CIF.
Deliberação nº 783	Aprovada, com ajustes na redação da minuta proposta.

Item 5 – Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção de Água (CT-FLOR)	
5.3 Fluxo de comunicação para adesão ao Programa de Fomento ao CAR e ao PRA (PG-40).	
Discussão	O coordenador da CT-FLOR apresentou a demanda levantada pela Auditoria Independente Ernst&Young durante ciclo de revisão do PG-40, o qual já está em fase de finalização, sendo questionado pela auditoria acerca do mecanismo de garantia de informação sobre adesão ao programa. A CT-FLOR elaborou um fluxo para adesão dos proprietários ao PG-40. A Fundação Renova deverá apresentar à Câmara Técnica a documentação completa referente à recusa ou não manifestação de adesão ao programa.
Manifestações	Sem manifestações registradas por parte da Fundação Renova.
Deliberação nº 784	Aprovada.

Item 5 – Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção de Água (CT-FLOR)	
5.4 A importância das Mulheres na Cadeia da Restauração Florestal.	
Discussão	Karina Carvalho, representante da Fundação Renova, fez apresentação sobre a atuação feminina na Cadeia de Restauração Florestal, destacando os números de participação feminina na gerência dos programas, sendo percebido um avanço no número de propriedades comandadas por mulheres, e uma maior equidade. Porém, o índice de vulnerabilidade social foi avaliado como alto para mulheres.

Item 6 – Fundação Renova	
6.1 Atualização sobre a implementação do Custeio Atingidos: Orçamento Atingidos e contratação do Gerenciador Atingidos.	
Discussão	Vanessa Rodarte, representante da Fundação Renova, fez apresentação do histórico de tratativas para implementação do Orçamento dos Atingidos. Foi construída a Política de Gestão e Regulamento de Custeio para gerenciamento do recurso, com apoio das ATIs, sendo realizada a consolidação das Comissões Locais. Houve a apresentação das rubricas orçamentárias previstas: estrutura física, realização de reuniões, viagens e despesas relativas a treinamentos e formação para participação social. Exposição dos papéis e responsabilidades do Expert do Ministério Público Federal, Assessorias Técnicas e Comissões Locais, Câmaras Regionais e, ainda, Gerenciador do Orçamento Atingidos, além das projeções e previsões de eventos de participação social. Joeci Lopes questionou sobre a inclusão da Comissão de Aracruz, pois não aderiram ao trabalho das Assessorias Técnicas. Vanessa Rodarte esclareceu que a Fundação Renova não foi parte atuante no processo de consolidação das Comissões Locais, devido ao princípio da auto-organização. Salete Valesan informou que a FLACSO, no papel de Gerenciadora do Orçamento CIF e Gerenciadora Orçamento Atingidos, trata-se da instituição responsável pelos encaminhamentos práticos e operacionais para custeio das atividades do CIF e de participação social dos atingidos, não cabendo qualquer papel decisório ou político à instituição. Explicou, ainda, sobre a consolidação das Políticas de Gestão e Regulamentos de Custeio e os processos de consolidação das comissões locais e representações no sistema CIF, via orientações das instituições de justiça e metodologias do TAC-Gov. Jadilson Gomes reclamou sobre o corte do custeio de pessoas atingidas e asseverou que a auto-organização das comunidades deveriam ser respeitadas, à luz do direito de participação. Pablo, atingido da região de Regência/ES, alegou dificuldade de acesso aos meios de custeio dos atingidos. Foi proposta a utilização do custeio para os membros de CTs representantes dos atingidos, visando à participação provisórias na reuniões do CIF.
Encaminhamento E76-6.1.1	Será solicitada reunião com as Instituições de Justiça envolvidas no processo para tratativas relativas à contratação do Expert e avanços na implementação do TAC-Gov.
Encaminhamento E76-6.1.2	A SECEX encaminhará às SECEX MG e ES a relação de membros representantes dos atingidos em cada Câmara Técnica.

Item 6 – Fundação Renova	
6.2 Informes Gerais.	

Manifestações	Maria Lethícia Mata informou sobre decisão judicial que determinou a Revisão dos Programas do TTAC, conforme previsto na Cláusula 203, no prazo de seis meses. Ocorreram reuniões com a Presidência e Secretarias Executivas do CIF e dos Estados acerca do tema, sendo o cronograma protocolado junto ao CIF e em juízo na véspera desta reunião do Comitê, em atendimento ao prazo de trinta dias concedido pelo juízo. A Fundação Renova apresentou a proposta de metodologia para a Revisão Ordinária do TTAC e reforçou a importância de diálogo com o sistema CIF nesse processo, sendo exibido o cronograma previsto para todo o procedimento de revisão dos programas, no que se refere ao segundo ciclo preconizado no Acordo.
Encaminhamento E76-6.2.1	A SECEX encaminhará aos membros do CIF e coordenadores de Câmaras Técnicas os documentos protocolados pela Fundação Renova, referentes a proposta de metodologia e cronograma para a Revisão Ordinária dos Programas, prevista na Cláusula 203 TTAC.
Encaminhamento E76-6.2.2	Será agendada reunião entre a Presidência do CIF e os coordenadores das Câmaras Técnicas, com a participação das SECEX, preferencialmente por videoconferência, para tratar não somente da Revisão dos Programas do TTAC, mas também das propostas de alteração dos Regimentos e do Regulamento de Custeio, entre outros alinhamentos, transversalidades e trocas de informações entre os participantes, considerando também as novas indicações para as Coordenações das CTs.

Item 7 – Câmara Técnica de Economia e Inovação (CT-EI)	
7.1 Projeto de Apoio a Estruturação das Cadeiras Produtivas do Café e da Pimenta do Reino nos Assentamentos Rurais Capixabas (PG-18).	
Discussão	Eliene Lima realizou a apresentação do projeto cuja segunda fase se dedicava ao processo de agregação de valor e produção industrial de pimenta do reino e ampliação de produção de café, além de estratégia de marketing. A CT-EI entendeu que a justificativa para o projeto era a necessidade de potencialização do volume de produtos comercializados, através de realização de estratégia em comercialização e marketing. Foi recomendada aprovação do projeto e prazo para apresentação de Plano de Trabalho e demais relatórios referentes ao projeto.
Manifestações	Sem manifestações registradas por parte da Fundação Renova.
Deliberação nº 785	Aprovada.

Item 8 - Oportunidade de fala às Pessoas Atingidas	
Discussão	Enéas Ferreira direcionou críticas à forma de atuação das Assessorias Técnicas em territórios, assim como à ausência das instituições de Justiça em reuniões do CIF. Abília Matheus registrou que a comunidade Sapê do Norte buscava representatividade dentro do sistema CIF para defender seus direitos. Lúcia Maria de Oliveira alegou que o atingido impactado deveria ser a prioridade de trabalho do sistema CIF e que a representação dos atingidos deveria ser garantida a todos.
Manifestação	Dihego Pansini, representante da Fundação Renova, informou que a Fundação está comprometida no atendimento da Deliberação nº 58/2017 e que no próximo ponto de pauta será apresentado o mecanismo de atendimento às novas áreas.

Item EXTRAPAUTA – Secretaria Executiva do Estado do Espírito Santo (SECEX/ES)	
13.2 Orientações para implementação da Deliberação CIF nº 58/2017.	
Discussão	Margareth Saraiva contextualizou a decisão judicial referente às novas áreas, que se trata do acórdão do TRF-6 que reconheceu os territórios capixabas do norte do ES como impactados pelo Desastre. Nesse âmbito, foi apresentada proposta com o estabelecimento de marcos temporais para harmonizar a implementação das ações, e não realizações de alterações substanciais na Deliberação CIF nº 58/2017. Em diálogo com a Fundação Renova, coordenação da CT-OS e outros agentes do sistema CIF, foi elaborada proposta de melhorias da aplicabilidade e execução da Deliberação citada, para contornar alguns gargalos verificados ao longo do trabalho do CIF. Algumas ações já estavam em curso, acompanhadas pela SECEX/ES. Uma das recomendações foi a apresentação ao CIF pela Fundação Renova da relação dos programas, projetos e ações que deveriam ser expandidos às áreas atingidas contempladas pela Deliberação nº 58. Foi realizado debate sobre a fixação de prazos, a fim de evitar choque da orientação da deliberação com os prazos determinados judicialmente e garantir a melhor coordenação dos trabalhos.
Manifestação	Dihego Pansini informou que a Fundação Renova está à disposição para diálogos visando ao aprimoramento do trabalho, sugerindo ajustes na minuta de deliberação. Jadilson Gomes apontou a necessidade de adequação da minuta de deliberação, afim de garantir, conforme prerrogativa da OIT nº 169, o direito das comunidades tradicionais à sua auto-organização e a forma de realização de cadastro.

Deliberação nº 786	Aprovada, com ajustes na redação da minuta ajustada proposta.
---------------------------	---

Por fim, às dezenove horas e dez minutos, do dia dezesseis de maio de dois mil e vinte e quatro, o Secretário Executivo, Renato Carvalho, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.

Aos dezessete dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quinze minutos, por meio de videoconferência pela plataforma Microsoft Teams, com transmissão pelo YouTube no link <https://www.youtube.com/watch?v=59gSJnnO3kM> e presencialmente em Brasília/DF, teve início o segundo dia da 76ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo, constituído no âmbito do TTAC e do TAC-Gov, ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Item 9 – Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura (CT-INFRA)	
9.1 Encerramento da alínea “s” da Cláusula 84 do TTAC (PG-10).	
Discussão	Juliana Ferraz, coordenadora da CT-INFRA, fez exposição sobre a solicitação da Fundação Renova de declaração de cumprimento de obrigações e encerramento da alínea “s” da Cláusula 84 do TTAC. A Câmara Técnica avaliou a documentação e as evidências de cumprimento encaminhadas pela Fundação Renova. A Auditoria Independente Ernst&Young (EY) emitiu parecer relativo às evidências apresentadas. Por fim, a CT-INFRA recomendou a aprovação da solicitação da Fundação Renova. Foram entregues oito obras constantes das obrigações da alínea, com documentos de entrega assinados pelas Prefeituras. Thays Coutinho, da EY, reiterou o exposto pela coordenação da Câmara Técnica e afirmou que, além da verificação completa da documentação, a auditoria também realizou visitas técnicas. Em seguida, Juliana Ferraz relatou as dificuldades enfrentadas por moradores de casas com trincas que pagam aluguel em Barra Longa/MG, uma vez que as indenizações estavam sendo direcionadas somente aos proprietários. Jadilson Gomes questionou se a Fundação Renova se valia de laudos anteriores ao agravamento do problema das trincas ou se havia verificação atual do problema. Margareth Saraiva pontuou a importância do mecanismo de reuniões intercâmaras para que o processo de reparação se desenvolvesse de maneira integrada.
Manifestação	Maria Lethícia Mata afirmou que a Fundação Renova, em momento oportuno, se coloca à disposição para apresentação mais detalhada acerca das trincas em casas em Barra Longa/MG, uma vez que a questão estava sob judicialização e tratava-se de adesão voluntária por parte dos moradores.
Deliberação nº 787	Aprovada.
Encaminhamento E76-9.1	Na próxima Reunião Ordinária do CIF será pautada apresentação da Fundação Renova sobre a situação das casas com trincas em Barra Longa/MG.

Item 10 – Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água (CT-SHQA)	
10.1 Análise de pleito do Município de Rio Casca/MG (PG-31).	
Discussão	Ikary Nascimento, coordenadora da CT-SHQA, fez breve explicação sobre escopo do PG-31 e em seguida apresentou o pleito do Município de Rio Casca/MG, que solicitava recursos para a execução de recuperação ambiental no antigo lixão da cidade. Após análise da documentação apresentada, a CT-SHQA considerou apto o pleito e recomendou ao CIF sua aprovação. O Presidente suplente do CIF sugeriu à Câmara Técnica e à Fundação Renova que fossem apresentadas fotos e outros registros visuais das obras durante as reuniões do CIF para melhor visualização.
Manifestação	Sem manifestações registradas por parte da Fundação Renova.
Deliberação nº 788	Aprovada.

Item 10 – Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água (CT-SHQA)	
10.2 Critérios de validação e qualificação aplicados no Programa de Monitoramento Quali-Qualitativo Sistemático de Água e Sedimentos do Rio Doce, Zona Costeira e Estuários (PMQQS).	
	Ana Paula Generino, da Agência Nacional de Águas (ANA), fez apresentação da Nota Técnica do GTA-PMQQS que consolida validadores e qualificadores a serem aplicados no PMQQS, cujo objetivo é a geração de dados confiáveis relativos à qualidade da água e sedimentos, com parâmetros físicos, químicos e biológicos da Área Ambiental 1 definida no TTAC. O monitoramento define os pontos, parâmetros, metodologias e frequência da coleta. Foi feita a apresentação de 8 validadores possíveis e 6 qualificadores, voltados para garantia da confiabilidade do dado. Ao final da apresentação, Emília Brito, do IEMA/ES, destacou a importância da divulgação dos dados do PMQQS nos portais que disponibilizavam as informações e a produção técnica no âmbito do sistema CIF. Amplo

Discussão	debate. Diante de debate sobre segurança da água para uso rotineiro pela população, Emília Brito esclareceu sobre o escopo de atuação do PMQQS, tratado no âmbito da CT-SHQA, e informou que outros monitoramentos no sistema CIF se dedicam à verificação de segurança da água para consumo humano, acompanhado pela CT-Saúde. Lúcia Maria de Oliveira reiterou a importância de disponibilização de informação adequada e confiável para a população. Foi sugerido que a SECEX solicite aos demais órgãos ambientais relacionados ao tema, que disponibilizem nas respectivas páginas da internet, os links dos portais de monitoramento do PMQQS, contendo os dashboards do Programa, para ampla divulgação nos sítios eletrônicos das entidades do poder público de temática ambiental. Ana Generino também registrou que na construção do PIRH rio Doce, foram considerados os monitoramentos dos sistema CIF e dos programas do TTAC.
Deliberação nº 789	Aprovada.
Encaminhamento E76-10.2.1	A SECEX publicará os dados obtidos no âmbito do PMQQS no site do CIF.
Encaminhamento E76-10.2.2	A Fundação Renova também promoverá em seu sítio eletrônico local destinado à consolidação dos links de acesso aos portais de monitoramento, reunidos em espaço único, afim de facilitar o acesso dos interessados.

Item 11 – Câmara Técnica de Conservação e Biodiversidade (CT-BIO)	
11.1 Endereçamento para as ações da região deltaica e planície costeira do baixo rio Doce (Deliberação nº 740/2023).	
Discussão	Frederico Drummond, coordenador da CT-BIO, discorreu sobre a realização de oficina do GT-Baixo Doce que culminou na elaboração de 30 ações a serem implementadas pela Fundação Renova na região deltaica e planície costeira do Baixo Rio Doce. As ações foram endereçadas à CT-BIO com o objetivo de serem contempladas pelo Plano de Ação Integrada (PAI). Após análise das ações e verificação de aderência, a CT-BIO emitiu Nota Técnica encaminhada ao CIF. Eduardo Perini, do IEMA/ES, apresentou histórico de deliberações referentes ao estabelecimento de estudos e definições de áreas para implementação das ações. Neste contexto, a CT-BIO compreendeu que 17 ações deveriam ser incorporadas ao PAI, outras 3 ações deveriam ser endereçadas a outras Câmaras Técnicas e, por fim, 10 ações deveriam ser direcionadas ao Poder Público para cumprimento. Emília Brito e Eduardo Perini fizeram breve explicação sobre as ações propostas e sugestões de alocação. Frederico Drummond, Emília Brito e Renato Carvalho fizeram complementações referentes ao processo de construção das ações e reiteraram seu mérito e importância. Por fim, Frederico Drummond reforçou a autoridade administrativa do CIF através de sua capacidade deliberativa.
Manifestação	Melina Alencar justificou a ausência de representantes da Fundação Renova durante a oficina em decorrência da contaminação da equipe por COVID-19. Reiterou a disponibilidade da Fundação Renova para dialogar sobre elaboração e endereçamento das ações. Lúcia Maria de Oliveira apontou suposta negligência por parte da Fundação Renova. Reginaldo Leal questionou sobre a inclusão de regiões da Bahia como atingidas socioeconomicamente.
Deliberação nº 790	Aprovada.

Item 12 – Câmara Técnica de Saúde (CT-SAÚDE)	
12.1 Notificação pelo descumprimento da Deliberação nº761/2024, referente ao Projeto de Formação e Qualificação no âmbito do PG-14.	
Discussão	Sérgio Rossi informou sobre o descumprimento do item 2 da Deliberação nº 761 por parte da Fundação Renova, o qual estabelecia prazo para início das tratativas em relação a capacitação de educação permanente no âmbito do PG-14. Ultrapassado o prazo fixado para cumprimento, não houve início das tratativas para execução da proposta, de modo que a CT-Saúde recomendou ao CIF a notificação da Fundação Renova por descumprimento da deliberação, com determinação de prazo para sanar o descumprimento. Definido o prazo de início do projeto em até 45 dias.
Manifestação	Melina Alencar discorreu sobre a necessidade de retomada de diálogo sobre os projetos concernentes às ações saúde. A Fundação Renova solicitou aumento do prazo para realização de agenda de diálogo entre Fundação e Câmara Técnica, assim como elaboração de planejamento conjunto para as tratativas necessárias.
Deliberação nº 791	Aprovada.

Às doze horas e cinquenta minutos a reunião foi suspensa para almoço, sendo retomada às quatorze horas e trinta minutos.

Item 13 – Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CT-OS)**13.1 Informes Gerais.**

Discussão	Luiz Henrique, coordenador CT-OS, fez agradecimentos aos envolvidos na retomada das atividades da Câmara Técnica e agradeceu nominalmente aos membros da CT pelo trabalho. Informou sobre atual posição de trabalho da Câmara Técnica, que se voltava ao resgate de memória documental e análise de pendências represadas para adequada retomada de operações, após longo período paralisadas. Foram verificados gargalos operacionais, como a ausência de experts por parte do Ministério Público. Moara Giasson, Juliane Barroso e Jadilson Gomes registraram congratulações ao coordenador pelo empenho e se colocaram à disposição para contribuições. Luiz Henrique informou sobre lançamento de edital para seleção de candidatos para composição de lista tríplice voltada para a indicação de membro da Defensoria Pública para representação no Comitê Interfederativo. Moara Giasson, pontuou sobre a importância da CT-OS resgatar os trabalhos junto aos PGs 01 e 02 diante dos processos de judicialização, considerando o processo de Revisão dos Programas que se aproxima. Houve debate sobre o pagamento de indenizações e possíveis ônus de custos advocatícios por parte dos atingidos. Luiz Henrique e Sérgio Augusto Domingues expuseram a importância de garantir que as pessoas atingidas não sejam prejudicadas financeiramente no processo de luta por seus direitos. Por fim, Luiz Henrique pontuou a importância da indicação de suplência para a Câmara Técnica, a fim de evitar futuras turbulências por vacância de coordenação e interrupções nos fluxos de trabalho.
Manifestação	Dihego Pansini e Maria Lethícia da Fundação Renova parabenizaram a retomada de atividades da CT-OS e ressaltaram a importância do diálogo com a Câmara e com as Instituições de Justiça. Reginaldo Leal registrou que a população atingida da Bahia conta com o apoio da CT-OS para o processo de reconhecimento. Lúcia Maria Oliveira alegou que a Fundação Renova trabalhava de maneira morosa e negligente em relação ao atendimento aos atingidos, além da elaboração de matriz documental desconexa com muitas diretrizes do CIF. Relatou, ainda, sobre problemas nos cadastros e reconhecimento de danos por parte da Fundação Renova no processo de indenização. Jóeci Lopes reiterou relatos de mobilizações individuais por parte de advogados em território.
Encaminhamento E76-13.1.1	O CIF oficiará a Fundação Renova para a devida implementação da Cláusula 37 do TTAC, para promover a assistência jurídica gratuita aos atingidos que não estiverem representados por advogados, em especial para populações vulneráveis atingidas, ou apresente outros mecanismos que impeçam que os honorários advocatícios sejam debitados das novas indenizações a serem recebidas pelas pessoas atingidas. A Fundação Renova deverá noticiar a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) acerca das exposições trazidas pelas pessoas atingidas a respeito da situação ocorrida nos territórios, tais como a captação de clientes com a estipulação de percentual do montante a ser recebido pelo atingido, a ser pago ao advogado em cada acordo firmado, inclusive incidente em crédito de natureza alimentícia, como o auxílio financeiro emergencial.
Encaminhamento E76-13.1.2	O novo membro do CIF, Renoir dos Santos, representante da Secretaria Geral da Presidência da República do Governo Federal, articulará com o MDS para obtenção de representantes desse Ministério para atuarem junto à CT-OS.
Encaminhamento E76-13.1.3	Os membros do CIF, representantes dos Governos de Minas Gerais e Espírito Santo, empenharão esforços para promover as indicações para as suplências da coordenação da CT-OS.

Item 14 – Oportunidade de fala às Pessoas Atingidas

Discussão	Lúcia Maria de Oliveira parabenizou o esforço da CT-OS e parabenizou a Fundação Renova por programas e projetos realizados que geravam impacto positivo para os atingidos, tais como o banco comunitário e a criação de alevinos. Lanla Maria reconheceu a atuação da Presidência na condução do CIF como elemento de maior segurança aos atingidos e credibilidade ao processo, registrando as boas-vindas ao coordenador da CT-OS. Abília Matheus solicitou a possibilidade de manutenção da câmera de vídeo aberta durante a reunião virtual, agradeceu a possibilidade de escuta na CT-OS e no CIF e reforçou o relato de possíveis representações paralelas em território por parte de advogados. Rômulo Dantas relatou prejuízos nas casas devido ao rejeito que adentrava os quintais, inundando-as, mencionando inclusive laudos da defesa civil que supostamente apontam o risco de desabamento das casas, e criticou o processo de indenização de trincas proposto pela Fundação Renova em Barra Longa. Reginaldo Leal questionou o coordenador da CT-OS acerca de documentos e falou sobre a futura possibilidade de reconhecimento em juízo da aderência de inclusão de regiões da Bahia como atingidas no âmbito do TTAC, perguntando sobre o andamento da questão na CT-OS e solicitando informações sobre as tratativas do assunto. Andrea Mendes alegou falta de isonomia na aplicação do TTAC por parte da Fundação Renova através do processo de judicialização dos
------------------	---

Ao final, o Presidente suplente do CIF prestou solidariedade aos atingidos pelas enchentes no Estado do Rio Grande do Sul, visto que o excesso de chuva e a elevação dos rios se tornaram um desastre socioambiental de enormes proporções, com diversos prejuízos em diferentes esferas, tanto materiais, quanto psicológicos, vidas perdidas, entre outras tragédias, que impactaram e continuarão afetando a população gaúcha atingida. Por fim, às dezesseis horas e cinco minutos do dia dezessete de maio de dois mil e vinte e quatro, Renato Carvalho, Secretário Executivo do CIF, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.



Documento assinado eletronicamente por **RENATO MIRANDA CARVALHO, Secretário-Executivo do Comitê Interfederativo**, em 11/06/2024, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO AUGUSTO DOMINGUES, Presidente do Comitê Interfederativo Suplente**, em 11/06/2024, às 22:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **19521184** e o código CRC **6C21E405**.